

CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO CONTINUADA DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA PARA AS PRÁTICAS DE ENSINO DO SISTEMA DE ESCRITA ALFABÉTICA

Maria Geiziane Bezerra Souza¹
Alexsandro da Silva²

Introdução

Este trabalho está balizado no campo das reflexões contemporâneas acerca das práticas de ensino do sistema de escrita alfabética (SEA) e da formação continuada de professores. Nesse sentido, objetivou-se analisar as contribuições da formação continuada oferecida no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) para as práticas de ensino do sistema de escrita alfabética (SEA) desenvolvidas por professoras do primeiro e do segundo anos do ensino fundamental da cidade de Brejo da Madre de Deus – PE.

Para alcançar o objetivo proposto, os participantes da pesquisa foram selecionados a partir da aplicação de questionário, o qual visava a identificação de professores que tivessem participado das formações do Pacto com foco em Língua Portuguesa e que estivessem atuando em turmas de alfabetização no momento da pesquisa. Assim, foram eleitas quatro professoras³, que tiveram seus depoimentos registrados posteriormente por meio da realização de entrevista semiestruturada e tratados com base na análise de conteúdo, apoiando-nos em Bardin (2004).

O PNAIC constitui um compromisso formal adotado pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios no ano de 2012, com vista a assegurar que todas as crianças encontrem-se alfabetizadas – não só tendo compreendido o funcionamento do sistema de escrita alfabética e dominado as correspondências letra-som, mas lendo e produzindo textos – até os oito anos de idade, isto é, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

Nessa direção, o Pacto propõe que o desenvolvimento das capacidades de leitura e de produção de textos deve ser iniciado logo no início da Educação Básica, garantindo acesso precoce a gêneros discursivos de circulação social e a situações de interação nas quais os alunos possam ouvir, falar, ler e escrever sobre temas diversos.

Além disso, nas proposições do PNAIC fica evidente que a apropriação do sistema de escrita não constitui um processo espontâneo, que aconteceria apenas por meio do contato com textos e dispensaria um ensino sistemático das propriedades e convenções da escrita alfabética (SILVA, 2014). Ao contrário, concebe-se que o ensino desse sistema deve incidir, de maneira contínua e progressiva, no dia-a-dia das turmas de alfabetização devido à complexidade de tal sistema.

Assim, cabe ao professor proporcionar condições necessárias para que esse processo de apropriação aconteça, de modo a assumir uma posição intermediária (SEBER, 2009) entre os extremos de ser um mero observador ou de tolher as oportunidades de escrita espontânea em que as crianças elaboram, mobilizam e explicitam suas hipóteses.

Considerando o SEA não como um código, mas, sim, como um sistema notacional, o Pacto concebe, à luz da Teoria da Psicogênese da Escrita de Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1999), que, para dominar esse sistema, a criança precisa desenvolver representações adequadas sobre o seu

¹ Universidade Federal de Pernambuco/Centro Acadêmico do Agreste, Caruaru, Pernambuco, Brasil. *E-mail:* geiziane16@hotmail.com.

² Universidade Federal de Pernambuco/Centro Acadêmico do Agreste, Caruaru, Pernambuco, Brasil. *E-mail:* alex-silva@uol.com.br.

³ Todas as professoras eram graduadas em Pedagogia, exceto P1, que tinha formação em História. Apenas P3 não possuía especialização. Todas atuavam na docência há 18 anos, com exceção de P2, que tinha 17 anos de experiência.

funcionamento e as suas propriedades (MORAIS, 2005). Para isso, propõe o desenvolvimento de atividades de reflexão sobre esse sistema e de consolidação do processo de alfabetização.

Nessa direção, Moraes (2006, p. 11) chama atenção para a necessidade de “discutir metodologias de alfabetização, em lugar de ressuscitar a guerra dos métodos tradicionais de alfabetização”, tendo em vista que não é o emprego desses métodos de maneira isolada que garantirá que as crianças se apropriem da escrita alfabética.

No entanto, é preciso lembrar que essa necessidade de mudança de foco dos métodos para as metodologias não é algo que ocorre de uma hora para outra, pois vai, muitas vezes, de encontro aos saberes constituídos pelos professores ao longo de seu percurso de vida e de atuação profissional. Nesse sentido, compreendemos que a formação continuada do Pacto⁴ pode desempenhar um importante papel nesse processo, já que, em vez de defender a filiação dos alfabetizadores a um método em específico, apresenta propostas que possibilitam o contato dos referidos profissionais com metodologias outras.

Cabe ressaltar que estamos compreendendo formação continuada como processo contínuo, que deve acompanhar a trajetória profissional (MONTEIRO; GIOVANNI, 2000). Nesse sentido, trata-se de um processo de desenvolvimento que ocorre ao longo da vida profissional, dando continuidade à formação inicial, de modo a complementá-la e ser desenvolvido em estreita relação com a prática (PORTO, 2000).

Em se tratando da metodologia, o curso do PNAIC proporciona estudos teóricos e atividades práticas, realizadas tanto no âmbito das formações, isto é, nos encontros conduzidos por professores orientadores de estudo, quanto nas salas de aula, visto que uma das propostas é que os professores realizem atividades em seu cotidiano e socializem-nas nos encontros.

Dessa forma, percebe-se que as formações propiciadas pelo curso não tem cunho eminentemente teórico, mas também prático, de modo que esse é um elemento que merece destaque nas formações do referido Pacto, pois, como afirmam Monteiro e Giovanni (2000), é relevante que o processo de formação continuada procure suplantar a dicotomia entre teoria-prática, de modo a articular fundamentos e atividades do cotidiano dos professores, atentando para as vozes, experiências e histórias de vida, através das quais tais profissionais conferem sentido às suas práticas.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as práticas de ensino do sistema de escrita alfabética

Os resultados do estudo que desenvolvemos evidenciaram que, mesmo apontando lacunas no curso de formação do PNAIC, as professoras participantes da pesquisa apontaram a relevância dessa experiência para suas práticas de ensino do SEA. Isso pode ser observado em todas as falas, mesmo na da professora 3 quando afirmou que as referidas formações não influenciaram suas práticas, porque não trouxeram grandes mudanças e não apresentaram algo novo para ela.

Segundo essa docente, ela já vinha trabalhando na perspectiva de alfabetização enfatizada pelo Pacto, devido ao trabalho com o Alfabetizar com Sucesso: “não teve muita diferença, porque eu já vinha com o projeto do Alfabetizar. Então não influenciou em nada, porque não era novo pra mim”. No entanto, posteriormente, a referida professora mencionou alguns elementos que utilizava em seu cotidiano e que fazem referência ao curso do PNAIC, como a contribuição para “o trabalho com jogos e menos baseado na cópia” (PROFESSORA 3, 2015).

As professoras também destacaram as contribuições das formações para a mudança de postura em relação ao ensino do sistema de escrita, na medida em que esclareceram algumas

⁴ Curso presencial de 2 anos de duração, com carga horária de 120 horas por ano para professores dos três primeiros anos do primeiro ciclo do ensino fundamental.

dúvidas que tinham em relação ao ensino de Língua Portuguesa. Segundo os depoimentos, elas puderam aprender a “alfabetizar partindo de textos” e não apenas das unidades menores da língua, incidindo de modo mais enfático e sistemático sobre a aprendizagem da notação alfabética. É o que se pode notar no depoimento a seguir:

Eu tinha o hábito de alfabetizar com padrão silábico, mas eu achava que pra criança era mais difícil, mais cansativo pra mim, entendeu? [...] Aí eu, eu... tentava alfabetizar com texto, mas eu não conseguia, tá entendendo? E agora, depois do PNAIC, eu consigo com mais facilidade. (PROFESSORA 1, 2015).

Esse depoimento demonstra que as formações continuadas oferecidas pelo PNAIC parecem ter proporcionado mudanças nas concepções e práticas dessa professora em relação ao ensino do SEA, contribuindo para que reconhecesse que a apropriação desse sistema não é a “aprendizagem de um código”, que seria aprendido por meio da memorização de sílabas, mas, sim, de um sistema notacional.

Ressaltamos, entretanto, que, assim como todas as transformações que ocorrem na vida dos sujeitos, essa mudança nas concepções sobre o ensino e aprendizagem da escrita alfabética não ocorre como em um “passe de mágica”, de modo linear e nem da mesma maneira para todos os professores. Antes, tais indivíduos passam por um processo conflitivo, dinâmico e mutante de reconstrução, recorrendo ainda a metodologias e atividades mais tradicionais de ensino, a exemplo daquelas que tomam como base o estudo isolado das vogais e padrões silábicos, como se pode perceber na fala da professora 4. Apesar de, em alguns momentos, relatar mudanças oportunizadas pelas formações, essa professora revelou: “eu tenho uma turma pra alfabetizar, que a gente tá começando, começou pelas vogais, depois pro padrãozinho, aquela coisa... Às vezes, pode até ser mecânico, mas, infelizmente ou felizmente, é o que tá surtindo efeito” (PROFESSORA 4, 2015).

Outro aspecto que destacam como sendo um dos fatores que contribuíram para suas práticas de ensino do SEA diz respeito ao caráter teórico-prático das formações:

E a gente tinha as experiências, os relatos dos professores. Que é diferente de outras reuniões que a gente tem, que, às vezes, vêm professores que dizem muita coisa, mas não mostram como é que faz. Diferente de outras pessoas que veem, que querem que a gente faça isso [...] Querem que a gente faça, mas nunca mostraram como é que faz. O PNAIC, ele mostra como é que você faz, entendeu? (PROFESSORA 2, 2015).

Nessa perspectiva, tais discursos evidenciam que, diferentemente de outras formações, aquelas proporcionadas pelo Pacto têm como diferencial o “mostrar como fazer”, não no sentido de dar uma receita pronta que deve ser seguida a fim de que as crianças se apropriem e consolidem a aprendizagem da escrita alfabética, mas na perspectiva de apresentar possibilidades de uso dos conhecimentos teóricos adquiridos, de possíveis intervenções que possam subsidiar e criar situações outras de aprendizagem do SEA.

Assim, ao mesmo tempo em que possibilitam reflexões teóricas, por meio da apresentação de pesquisas científicas realizadas pela academia e que sinalizam, por meio de novas teorias (como a da Psicogênese da Escrita), questões que possam promover mudanças nas práticas de ensino e, conseqüentemente, no aprendizado do sistema de notação por parte do aluno, as propostas de formação sugerem algumas atividades e intervenções didáticas que podem ser utilizadas com vista à concretização do processo de ensino e aprendizagem. Desse modo, favorece-se a construção de

novos modelos de formação que buscam, gradativamente, chegar mais perto do chão da escola e, por conseguinte, do fazer pedagógico do professor (BRASIL, 2012a).

Essa relação entre a teoria e a prática remete-nos à ideia de que um processo formativo contínuo deve procurar superar a dicotomia entre esses dois campos, articulando fundamentos e atividades do cotidiano dos professores, considerando as vozes e experiências, por meio das quais tais profissionais conferem sentido às suas práticas (MONTEIRO; GIOVANNI, 2000).

Nesse sentido, os elementos citados anteriormente colaboraram para que as professoras alfabetizadoras pudessem refletir sobre as práticas de ensino do SEA por elas materializadas, contribuindo para que efetuassem algumas mudanças por meio da análise das vivências de seus colegas de trabalho, bem como daquelas apresentadas nos cadernos de formação, em um movimento constante de recontextualização.

Além disso, o fato de os sujeitos da pesquisa destacarem as contribuições da dimensão prática das formações deve-se também à tendência que tais profissionais têm de se aproximar “de assuntos educacionais a partir de uma ótica que lhes é característica, pautada por um ponto de vista centrado na vida da escola e na pertinência de suas ações para o contexto específico de sua atuação” (SARTI, 2008, p. 52). Nessa direção, as professoras não materializam aquilo que foi vivenciado no processo formativo tal qual foi pensado, antes se apropriam e praticam o que lhes parece mais adequado à realidade em que se encontram inseridas, reconhecendo a possibilidade e a necessidade de contextualizar e de colocar em prática os conhecimentos adquiridos no curso, à medida que notam que suas intervenções estão surtindo efeito na aprendizagem dos alunos.

Conclusões

Nossos dados apontaram que as formações curso de formação do PNAIC parecem ter contribuído para que as professoras desenvolvessem suas práticas de ensino com base em intervenções outras, além daquelas com as quais estavam acostumadas a trabalhar e que se constituíram ao longo de seu percurso de vida, de formação e de atuação profissional. Dessa forma, percebemos que tais professoras evidenciam um processo de apropriação da perspectiva de que não basta que as crianças conheçam as letras que compõem o alfabeto e seus respectivos sons de modo mecânico e enfadonho para que aprendam a ler e escrever. É necessário, em vez disso, tratar a escrita alfabética como um objeto de reflexão, situando-o no contexto dos usos sociais da leitura e da escrita.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: a aprendizagem do sistema de escrita alfabética**. ano 1. unidade 3. Brasília, DF, 2012.

FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Tradução: Diana Myriam Lichtestein, Liana di Marco e Mário Corso. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MARIN, A. J. (Org.) **Educação continuada: reflexões, alternativas**. Campinas: Papyrus, 2000.

MORAIS, A. G. **Concepções e metodologias de alfabetização: por que é preciso ir além da discussão sobre velhos “métodos”?** 2006. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_moarisconcpmetodalf.pdf>. Acesso em: jan. 2015.

MORAIS, A. G. Se a escrita alfabética é um sistema notacional (e não um código), que implicações isso tem para a alfabetização? In: MORAIS, A. G. **Sistema de escrita alfabética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SARTI, F. M. O Professor e as Mil Maneiras de Fazer no Cotidiano Escolar. **Educação: Teoria e Prática** - v. 18, n. 30, jan.- jun. 2008.

SEBER, M. da G. **A escrita infantil**: o caminho da construção. São Paulo: Scipione, 2009.

SILVA, A. Práticas de ensino de leitura e escrita no Programa Alfa e Beto: entre estratégias e táticas. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 49, n. 35, p. 99-126, maio/ago. 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/5906>>. Acesso em: 10 jan. 2015.